



COMUNICADO DE IMPRENSA

CENTENAS DE POSTOS DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS POR LIGAR DEVIDO A VAZIO LEGAL

Lisboa, 11 de maio de 2026

UVE denuncia um bloqueio regulatório que está a travar a mobilidade elétrica em Portugal.

A UVE – Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos alerta para uma situação grave que está a afetar diretamente centenas de utilizadores e a comprometer o crescimento da mobilidade elétrica em Portugal: a impossibilidade de registo de novas instalações, deixando **centenas de postos de carregamento já instalados sem poderem ser ligados à rede da mobilidade elétrica**.

Esta situação resulta de uma interpretação restritiva do novo enquadramento legal por parte do regulador, a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 93/2025. Como consequência direta, a Entidade gestora da Mobilidade Elétrica (Mobi.e) suspendeu o registo de novas instalações, criando um **verdadeiro bloqueio administrativo** sem alternativa funcional para os Utilizadores.

“Estamos perante um vazio legal com efeitos reais e imediatos: postos instalados, investimentos feitos e Utilizadores impedidos de carregar os seus veículos de forma legal, conveniente e transparente.”

Esta situação impacta diretamente o registo de novos Detentores de Ponto de Carregamento (DPC), que tem sido uma peça-chave no desenvolvimento da mobilidade elétrica em Portugal, permitindo soluções essenciais como:

- Carregamentos em condomínios sem conflitos ou acordos entre condóminos;
- Carregamento doméstico de viaturas de empresa com faturação separada.

Esta paralisação representa, segundo a UVE, **um retrocesso incompreensível no momento crítico da transição energética**, que atravessamos.

Apesar da existência de um regime transitório até 31 de dezembro de 2026, **não foi assegurada qualquer solução operacional**, criando um cenário de incerteza jurídica e na prática, um bloqueio.

“A ERSE optou por uma interpretação que paralisa o sistema, mas a tutela falhou ao não garantir condições mínimas de continuidade durante o período transitório. O resultado é um setor parado.”





A UVE considera que:

- **O regulador tem responsabilidade direta no bloqueio atual**, ao impedir o registo de novos DPC;
- **O legislador e a tutela falharam na antecipação deste problema**, ao não acautelar mecanismos transitórios eficazes;
- **Não existe atualmente qualquer alternativa viável para novos utilizadores.**

A situação arrasta-se já ao longo das últimas 3 semanas, sem qualquer resposta aos pedidos de esclarecimento solicitados pela UVE junto da Secretaria de Estado da Mobilidade Elétrica e da ERSE. Embora tenha sido introduzida uma flexibilização que permite registos dentro de DPC já existentes, essa medida é naturalmente **insuficiente e discriminatória**, deixando de fora novos utilizadores e novas frotas.

A UVE alerta igualmente para os **graves impactos económicos no setor**. **Empresas que assentam a sua operação na instalação de DPC estão a suspender atividade; Investimentos privados estão a ficar adiados; Utilizadores e empresas estão a adiar ou cancelar o seu processo de transição energética.**

Perante este cenário, a UVE exige: **o desbloqueio imediato do registo de novos DPC; uma solução clara e operacional no âmbito do novo regime jurídico ou, em alternativa, a reposição temporária do regime anterior.**

Caso a situação não seja resolvida com urgência, a UVE admite avançar com ações adicionais para defender os interesses dos utilizadores. Apela-se ainda a todos os afetados para que reportem os seus casos, contribuindo para evidenciar a dimensão real deste problema junto das entidades competentes.

“Portugal não pode travar a mobilidade elétrica por falhas regulatórias. Cada posto por ligar é um passo atrás na transição energética.”

Sobre a UVE:

A UVE – Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos representa os utilizadores de veículos elétricos em Portugal, promovendo a transição para uma mobilidade mais sustentável, acessível e transparente.

